



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL
RELATÓRIO SOBRE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Maio de 2020

Sumário

I – INTRODUÇÃO	3
II – INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES PENAIS	3
III – IMPRESCRITIBILIDADE DO DELITO DE DIREITO INTERNACIONAL DE ESCRavidÃO E SUAS FORMAS ANÁLOGAS	7
IV – PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES E REEMBOLSO DE CUSTAS E GASTOS	8
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
LISTA DE ANEXOS	13

I – INTRODUÇÃO

1. O Estado brasileiro vem, respeitosamente, apresentar à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) seu terceiro relatório contendo informações atualizadas sobre o cumprimento de sentença relativa ao caso *Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil*, exarada em 20 de outubro de 2016.

2. O primeiro relatório de cumprimento de sentença do Estado brasileiro foi enviado à Corte IDH em 18 de dezembro de 2017. Diante das informações apresentadas, os petionários expuseram suas observações em 1º de março de 2018. Em agosto do mesmo ano, o Estado remeteu ao tribunal relatório complementar. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por sua vez, apresentou suas observações em 17 de dezembro de 2018.

3. Em 11 de setembro de 2019, o Estado brasileiro remeteu à Corte IDH seu segundo relatório sobre o cumprimento da sentença em tela, a fim de oferecer informações detalhadas sobre o cumprimento do ponto resolutivo nº 12, em resposta à nota CDH-4-2015/197 da Secretaria da Corte IDH, datada de 1º de agosto de 2019. Os petionários apresentaram suas observações ao relatório do Estado brasileiro em 26 de setembro de 2019.

4. O presente relatório visa a cumprir com determinação contida na resolução de supervisão de cumprimento de sentença datada de 22 de novembro de 2019, encaminhada mediante a nota CDH-4-2015/203 da Secretaria da Corte IDH, de 20 de dezembro de 2019, de que o Estado informe sobre o cumprimento das reparações pendentes.

III – IMPRESCRITIBILIDADE DO DELITO DE DIREITO INTERNACIONAL DE ESCRAVIDÃO E SUAS FORMAS ANÁLOGAS

24. O ponto dispositivo nº 11 da sentença proferida pela Corte IDH no presente caso dispõe:

11. O Estado deve, dentro de um prazo razoável a partir da notificação da presente Sentença, adotar as medidas necessárias para garantir que a prescrição não seja aplicada ao delito de Direito Internacional de escravidão e suas formas análogas, no sentido disposto nos parágrafos 454 e 455 da presente Sentença.

25. Em seu primeiro relatório de cumprimento de sentença sobre o presente caso, o Estado brasileiro informou sobre a tramitação dos Projetos de Lei (PL) nº 301/2007 e nº 4038/2008, bem como da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 14, de 2017, cujos textos vão ao encontro das determinações da Corte quanto à necessidade de garantir a imprescritibilidade do delito de escravidão e suas formas análogas, nos termos da sentença. Cumpre atualizar as informações sobre o andamento dos citados instrumentos normativos.

26. Com relação à PEC nº 14, que visa alterar a Constituição Federal para estabelecer que a submissão de pessoa a condição análoga à escravidão constitui crime

¹ Informações disponíveis em: <<https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/>>, na Seção/Subseção Redenção.

imprescritível, a proposta foi arquivada pelo Senado Federal em 21 de dezembro de 2018, em função do final da legislatura, conforme detalhamento da tramitação em anexo (**Anexo 5**).

27. O PL nº 301/2007, que tem a finalidade de definir condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, estabelecer normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional e dar outras providências, tramita em regime de urgência e segue ainda pendente de análise pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Segue anexo documento contendo a íntegra da tramitação da matéria (**Anexo 6**).

28. O PL nº 4038/2008 dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Internacional, e dá outras providências. Em 30 de setembro de 2008, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados decidiu apensá-lo ao Projeto de Lei nº 301/2007. Desde então, o projeto tramita em regime de prioridade. O referido PL aguarda, da mesma forma, análise pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Segue anexo documento contendo a íntegra da tramitação da matéria (**Anexo 7**).

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

47. O Estado brasileiro reafirma seu propósito de seguir avançando, de forma progressiva, no cumprimento das medidas estabelecidas na sentença proferida pela Corte IDH no caso *Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil*.

48. Ressalta-se a continuidade dos esforços do Estado brasileiro em cumprir a decisão dessa Corte, em atenção a seu compromisso com a reparação dos trabalhadores vítimas de trabalho escravo na fazenda Brasil Verde.

49. Reconhecendo a atuação da Corte IDH como órgão jurisdicional que exerce papel de grande relevância na proteção dos direitos humanos da região, o Estado mais uma vez reitera seu compromisso com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Brasília, 20 de maio de 2020.

ANEXO 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2017

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e outros

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Constituição Federal, para estabelecer que a submissão de pessoa a condição análoga à escravidão constitui crime imprescritível.

Explicação da Ementa:

Determina que a submissão de pessoa a condição análoga à escravidão constitui crime imprescritível, sujeito a reclusão, nos termos da lei.

Assunto: Social - Direitos humanos e minorias

Data de Leitura: 04/04/2017

Tramitação encerrada

Decisão:	-	Último local:	27/12/2018 - Coordenação de Arquivo
Destino:	-	Último estado:	21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA
Relatoria atual:	Relator: Randolfe Rodrigues		

Despacho:

04/04/2017 (Despacho inicial)

Motivação não categorizada

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Randolfe Rodrigues

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do caput do art. 332 do Regimento Interno.

Recebido em: 27/12/2018 às 14:56 por SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

Recebido em: 26/12/2018 às 16:24 por PLEN - Plenário do Senado Federal

11/10/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, às 18h, o relatório do Senador Randolfe Rodrigues, com voto favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

11/04/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relator da matéria o Senador Randolfe Rodrigues.

05/04/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

04/04/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.

Ação: Encaminhado à publicação.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 491-497

Recebido em: 05/04/2017 às 14:22 por CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

04/04/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº37, em 04/04/2017.
(Este processo contém 06 (seis) folhas numeradas)

DOCUMENTOS

PEC 14/2017 (Casa iniciadora-

Data: 04/04/2017

Autor: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Airtton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Descrição/Ementa: Altera a Constituição Federal, para estabelecer que a submissão de pessoa a condição análoga à escravidão constitui crime imprescritível.

Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2017

DOCUMENTOS

Avulso inicial da matéria

Data: 04/04/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relatório Legislativo

Data: 11/10/2017

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 18h, o relatório do Senador Randolfe Rodrigues, com voto favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

ANEXO 6

PL 301/2007

Projeto de Lei

Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)

Identificação da Proposição

Autor

Dr. Rosinha - PT/PR

Apresentação

06/03/2007

Ementa

Define condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, estabelece normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional e dá outras providências.

Explicação da Ementa

Define os Crimes de Genocídio, os Crimes de Guerra e os Crimes contra a Humanidade.

Indexação

Definição, violação, direito internacional, crime, guerra, genocídio, homicídio, escravidão, deportação, população, tortura, perseguição, perseguição religiosa, apartheid, desaparecimento, pessoas, utilização, insígnia, emblema, incitamento, normas, cooperação, assistência judiciária, Tribunal Penal Internacional.

Informações de Tramitação

Forma de apreciação

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação

Urgência (Art. 155, RICD)

Despacho atual:

Data	Despacho
20/03/2007	Às Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária

Última Ação Legislativa

Data	Ação
12/06/2013	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada por falta de "quorum" (obstrução).

Apensados

Apensados ao PL 301/2007 (1)

PL 4038/2008

Documentos Anexos e Referenciados

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (2)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (8)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (0)	Recursos (0)	
Histórico de despachos (1)	Redação Final	

Pareceres Aprovados ou Pendentes de Aprovação

Comissão	Parecer
Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	02/05/2007 - Parecer do Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO), pela aprovação. 13/06/2007 05:00 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado por Unanimidade o Parecer
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)	04/09/2007 - Parecer do Relator, Dep. Claudio Cajado (DEM-BA), pela aprovação, com emendas. 07/11/2007 12:00 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado por Unanimidade o Parecer
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	06/11/2008 - Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, das Emendas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e do PL 4038/2008, apensado, com substitutivo. 23/04/2009 01:00 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Tramitação

Data ▼	Andamento
06/03/2007	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Dr. Rosinha (PT-PR).
20/03/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">• Às Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária• Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
21/03/2007	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) <ul style="list-style-type: none">• Recebimento pela CDHM.
21/03/2007	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none">• Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/03/07 PÁG 11344 COL 01.
29/03/2007	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) <ul style="list-style-type: none">• Designado Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO)
02/05/2007	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) <ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CDHM, pelo Dep. Pedro Wilson• Parecer do Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO), pela aprovação.
22/05/2007	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) <ul style="list-style-type: none">• Devolvido ao Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO)
11/06/2007	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) <ul style="list-style-type: none">• Devolvida pelo Relator sem Alterações no Parecer.
13/06/2007	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) - 14:00 Reunião Deliberativa <ul style="list-style-type: none">• Aprovado por Unanimidade o Parecer
20/06/2007	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) <ul style="list-style-type: none">• Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.
20/06/2007	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) <ul style="list-style-type: none">• Recebimento pela CREDN.

- 20/06/2007 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**
• Parecer recebido para publicação.
- 20/06/2007 Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)**
• Designado Relator, Dep. Claudio Cajado (DEM-BA)
- 04/09/2007 Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)**
• Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CREDN, pelo Dep. Claudio Cajado

• Parecer do Relator, Dep. Claudio Cajado (DEM-BA), pela aprovação, com emendas.
- 26/09/2007 Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) - 10:00 Reunião**
• Retirado de pauta pelo Relator.
- 17/10/2007 Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) - 10:00 Reunião**
• Vista ao Deputado William Woo.
- 23/10/2007 Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)**
• Prazo de Vista Encerrado
- 07/11/2007 Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) - 10:00 Reunião**
• Aprovado por Unanimidade o Parecer
- 09/11/2007 Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)**
• Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.

• Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.

• Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.
- 09/11/2007 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**
• Parecer recebido para publicação.
- 09/11/2007 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**
• Recebimento pela CCJC.
- 11/03/2008 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**
• Designado Relator, Dep. Luiz Couto (PT-PB)
- 03/07/2008 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**

• Devolvida sem Manifestação.

08/07/2008 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

• Designado Relator, Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)

25/08/2008 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

• Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. Antonio Carlos Biscaia

• Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

01/09/2008 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

• Devolvido ao Relator, Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)

01/10/2008 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

• Apense-se a este o PL-4038/2008.

06/11/2008 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

• Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CCJC, pelo Dep. Antonio Carlos Biscaia

• Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, das Emendas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e do PL 4038/2008, apensado, com substitutivo.

15/04/2009 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 10:00 Reunião Deliberativa

• Vista ao Deputado Vicente Arruda.

• Discutiram a matéria os Deputados Antonio Carlos Pannunzio e Sérgio Barradas Carneiro.

22/04/2009 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

• Prazo de Vista Encerrado

23/04/2009 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 10:00 Reunião Deliberativa

• Aprovado por Unanimidade o Parecer.

30/04/2009 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

• Parecer recebido para publicação.

08/05/2009 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

• Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 09/05/09, PÁG 18239 COL 01, Letra A.

14/03/2012 PLENÁRIO (PLEN) - 19:15 Sessão - Deliberativa

- Retirado de pauta, de ofício.

20/03/2012 PLENÁRIO (PLEN)

- Apresentação da Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 4692/2012, pelo Deputado Jilmar Tatto (PT-SP), que: Requer urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 301/2007, que "Define condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, estabelece normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional e dá outras providências".
- Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da Aprovação da REQ 4692/2012 => PL 301/2007.
- Aprovado o Requerimento de urgência nº 4.692, de 2012, dos Srs. Jilmar Tatto, Líder do PT; Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB; Luciana Santos, Líder do Bloco PSB,PTB,PCdoB; Arthur Lira, Líder do PP; e André Figueiredo, Líder do PDT, que requer urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 301/2007, que "define condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, estabelece normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional e dá outras providências".

20/03/2012 PLENÁRIO (PLEN) - 18:48 Sessão - Deliberativa

- Discussão em turno único.
- Matéria sobre a mesa.
- Aprovado o Requerimento de Urgência (art. 155 do RICD). Sim: 307; não: 18; abstenção: 04; total: 329.
- Votação do Requerimento do Dep. César Colnago, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta deste Projeto de Lei.
- Encaminhou a Votação o Dep. Cesar Colnago (PSDB-ES).
- Aprovado o Requerimento.
- Prejudicado o Requerimento do Dep. Mendonça Filho, na qualidade de Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta deste Projeto de Lei.
- Retirado de pauta a requerimento de deputado.
DCD do dia 21/03/12 PÁG 7578 COL 01.

07/11/2012 PLENÁRIO (PLEN) - 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária

- Retirado de pauta por acordo unânime dos Srs. Líderes.

07/11/2012 PLENÁRIO (PLEN) - 14:30 Sessão Deliberativa Extraordinária

- Discussão em turno único.
DCD do dia 08/11/12 PÁG 36020 COL 01.
- Votação do Requerimento do Dep. Marcos Rogério (PDT-RO), que solicita a retirada de pauta deste Projeto de Lei.
- Encaminharam a Votação: Dep. Marcos Rogério (PDT-RO) e Dep. Amauri Teixeira (PT-BA).
- Aprovado o Requerimento.

- Prejudicado o Requerimento do Dep. Jovair Arantes, Líder do PTB, que solicita a retirada de pauta deste Projeto de Lei.
- Retirado de pauta a requerimento de deputado.
DCD do dia 08/11/12 PÁG 36020 COL 01.

20/03/2013 PLENÁRIO (PLEN) - 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária

- Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

06/06/2013 PLENÁRIO (PLEN) - 12:00 Sessão Deliberativa Extraordinária

- Discussão em turno único.
- Votação do Requerimento do Dep. Nelson Marchezan, na qualidade de Líder da Minoria, que solicita a retirada de pauta deste Projeto de Lei.
- Aprovado o Requerimento.

- Retirado de pauta a requerimento de deputado.
DCD de 07/06/13 PÁG 22594 COL 02.

12/06/2013 PLENÁRIO (PLEN) - 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária

- Matéria não apreciada por falta de "quorum" (obstrução).

20/06/2018 PLENÁRIO (PLEN)

- Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 8948/2018, pelo Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 301 de 2007, que 'define condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, estabelece normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional e dá outras providências'".

Detalhamento dos Documentos Anexos e Referenciados

PL 301/2007 Histórico de Despachos

Data	Despacho
20/03/2007	<p>Às Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária</p>

PL 301/2007 Pareceres apresentados

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Pareceres, Substitutivos e Votos	Tipo de proposição	Data de apresentação	Autor	Descrição
PRL 1 CCJC => PL 301/2007	Parecer do Relator	25/08/2008	Antonio Carlos Biscaia	Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
PRL 2 CCJC => PL 301/2007	Parecer do Relator	06/11/2008	Antonio Carlos Biscaia	Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, das Emendas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e do PL 4038/2008, apensado, com substitutivo.
SBT 1 CCJC => PL 301/2007	Substitutivo	06/11/2008	Antonio Carlos Biscaia	Define condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário e estabelece normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional.
PAR 1 CCJC => PL 301/2007	Parecer de Comissão	23/04/2009	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Aprovado por Unanimidade o Parecer.. Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, das Emendas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e do PL 4038/2008, apensado, com substitutivo.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)

Pareceres, Substitutivos e Votos	Tipo de proposição	Data de apresentação	Autor	Descrição
PRL 1 CDHM => PL	Parecer do Relator	02/05/2007	Pedro Wilson	Parecer do Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO), pela aprovação.

301/2007				
PAR 1 CDHM => PL 301/2007	Parecer de Comissão	13/06/2007	Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Pedro Wilson (PT- GO), pela aprovação.

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Pareceres, Substitutivos e Votos	Tipo de proposição	Data de apresentação	Autor	Descrição
PRL 1 CREDN => PL 301/2007	Parecer do Relator	04/09/2007	Claudio Cajado	Parecer do Relator, Dep. Claudio Cajado (DEM-BA), pela aprovação, com emendas.
PAR 1 CREDN => PL 301/2007	Parecer de Comissão	07/11/2007	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Claudio Cajado (DEM-BA), pela aprovação, com emendas.

PL 301/2007 Mensagens, Ofícios e Requerimentos

PLENÁRIO (PLEN)

Número	Tipo	Data de apresentação	Autor	Ementa

REQ 4692/2012 => PL 301/2007	Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)	20/03/2012	Jilmar Tatto	Requer urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 301/2007, que "Define condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, estabelece normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional e dá outras providências".
REQ 8948/2018 => PL 301/2007	Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia	20/06/2018	Jean Wyllys	Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 301 de 2007, que "define condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, estabelece normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional e dá outras providências".

ANEXO 7

PL 4038/2008

Projeto de Lei

Situação: Apensado ao PL 301/2007

Identificação da Proposição

Autor

Poder Executivo

Apresentação

23/09/2008

Ementa

Dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Internacional, institui normas processuais específicas, dispõe sobre a cooperação com o Tribunal Penal Internacional, e dá outras providências.

Explicação da Ementa

Alteração do Decreto-lei nº 2.848, de 1940, Lei nº 2.889, de 1956 e Decreto-lei nº 1.001 de 1969.

Indexação

Alteração, Código Penal, Lei do Genocídio, Código Penal Militar, definição, caracterização, genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra, aplicação, normas, Tribunal Penal Internacional, punição, crime.

Informações de Tramitação

Forma de apreciação

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação

Urgência (Art. 155, RICD)

Despacho atual:

Data	Despacho
30/09/2008	Apense-se à(ao) PL-301/2007. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Prioridade

Documentos Anexos e Referenciados

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (2)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (0)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (0)	Recursos (0)	
Histórico de despachos (1)	Redação Final	

Tramitação

Data ▼	Andamento
23/09/2008	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Projeto de Lei.• Apresentação da MSC 700/2008, do Poder Executivo, que "submeto à elevada deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Interamericano, institui normas processuais específicas, dispõe sobre a cooperação com o Tribunal Penal Interamericano, e dá outras providências"."
30/09/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">• Apense-se à(ao) PL-301/2007. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Prioridade• Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
02/10/2008	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none">• Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 03 10 08 PAG 42440 COL 02.
03/10/2008	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none">• Recebimento pela CCJC.
16/02/2016	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 3937/2016, pelo Deputado Weverton Rocha (PDT-MA) e outros Líderes, que: "Requeremos, nos termos do artigo 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do PL nº 4.038/2008, que "dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Internacional, institui normas processuais específicas, dispõe sobre a cooperação com o Tribunal Penal Internacional, e dá outras providências"."

Detalhamento dos Documentos Anexos e Referenciados

PL 4038/2008 Histórico de Despachos

Data	Despacho
30/09/2008	Apense-se à(ao) PL-301/2007. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Prioridade

PL 4038/2008 Mensagens, Ofícios e Requerimentos

PLENÁRIO (PLEN)

Número	Tipo	Data de apresentação	Autor	Ementa
MSC 700/2008 => PL 4038/2008	Mensagem	23/09/2008	Poder Executivo	Submeto à elevada deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Interamericano, institui normas processuais específicas, dispõe sobre a cooperação com o Tribunal Penal Interamericano, e dá outras providências".
REQ 3937/2016 => PL 4038/2008	Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)	16/02/2016	Weverton Rocha	Requeremos, nos termos do artigo 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do PL nº 4.038/2008, que "dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Internacional, institui normas processuais específicas, dispõe sobre a cooperação com o Tribunal Penal Internacional, e dá outras providências".